SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA

# Competência no Processo Civil

Daniel Amorim Assumpção Neves

MANDAMENTOS
Livraria
www.mandamentos.com.br
(31) 3213 2777-3213 4349
Rua Goitacases, 82 - Centro - BH - MG
Temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Justo. (1Jo 2:1)

EDITORA MÉTODO
SÃO PAULO

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ..... 13

1. INTRODUÇÃO ..... 15

2. NORMAS DETERMINADORAS E MODIFICADORAS DE COMPETÊNCIA ..... 19

3. COMPETÊNCIA RELATIVA E ABSOLUTA ..... 21

3.1 Competência relativa ..... 23

3.2 Competência absoluta ..... 41

3.3 Esquema comparativo entre competência absoluta e competência relativa ..... 53

4. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA ..... 55

5. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL ..... 59

5.1 Introdução – princípio da efetividade ..... 59

5.2 Competência internacional concorrente e exclusiva ..... 60

5.3 Litispendência internacional ..... 63

6. COMPETÊNCIA TERRITORIAL ..... 67

6.1 Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 94 do CPC ..... 67

6.2 Direito real imobiliário – art. 95 do CPC ..... 70

6.3 Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade e ações em que o espólio for réu – art. 96 do CPC ..... 76

6.4 Réu ausente – art. 97 do CPC ..... 80

6.5 Réu incapaz – art. 98 ..... 80
6.6 União figurando como autora ou ré ..... 80
6.6.1 Competência por delegação – art. 109, § 3.°, da CF ..... 83
6.7 Ação de separação, conversão de separação em divórcio e anulação de casamento – art. 100, I ..... 84
6.8 Ação de alimentos – art. 100, II ..... 88
6.9 Anulação de títulos extraviados ou destruídos – art. 100, III ... 91
6.10 Pessoa jurídica como réu – art. 100, IV, *a* ..... 91
6.11 Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 100, IV, *b* ..... 91
6.12 Sociedade que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 100, IV, *c* ..... 91
6.13 Cumprimento de obrigação – art. 100, IV, *d* ..... 92
6.14 Reparação de dano – art. 100, V ..... 93
6.15 Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 100, V, *b* ..... 94
6.16 Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 100, V, parágrafo único ..... 95

7. COMPETÊNCIA FUNCIONAL ..... 97
7.1 Conceito ..... 97
7.2 A identidade física do juiz e a regra de competência funcional do art. 132, CPC ..... 99
7.3 Competência funcional para o julgamento dos embargos de declaração ..... 103
7.4 Competência funcional ou competência territorial absoluta? .. 106

8. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA ..... 121

9. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA ..... 123

10. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA ..... 125
10.1 Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/1995) ..... 126
10.2 Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001) ..... 131
10.3 Foros regionais (distritais) ..... 133

11. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL ..... 137
11.1 Competência em razão da pessoa (*ratione personae*) ..... 138
11.2 Competência em razão da matéria (*ratione materiae*) ..... 151

12. PRORROGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ..... 155
12.1 Conceito ..... 155
12.2 Relatividade da relatividade ..... 156
12.3 Prorrogação legal ..... 158
12.3.1 Conexão e continência ..... 158
12.3.1.1 Conceito ..... 158
12.3.2 Identidade da causa de pedir ou pedido – integral ou parcial? ..... 160
12.3.3 *Ratio* da conexão e a insuficiência do disposto no art. 103 do CPC ..... 162
12.3.4 Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão ..... 167
12.3.5 Conexão entre processos distintos, em especial os de execução e de conhecimento ..... 172
12.3.6 Conexão nas ações coletivas ..... 176

13. OUTRAS ESPÉCIES DE CONEXÃO ..... 181
13.1 Imóvel situado em mais de uma comarca (art. 107 do CPC) . 182
13.2 Ação acessória e ação principal (art. 108 do CPC) ..... 183
13.3 Reconvenção, ação declaratória incidental, ações de garantia e outras que respeitam ao terceiro interveniente (art. 109 do CPC) ..... 184

14. PRORROGAÇÕES VOLUNTÁRIAS ..... 187
14.1 Eleição de foro ..... 187
14.2 Ausência de ingresso pelo réu de exceção declinatória de foro ..... 189
14.3 Vontade unilateral do autor ..... 190

15. PREVENÇÃO ..... 193
15.1 Conceito ..... 193
15.2 Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição 193

15.3 Prevenção nas ações coletivas ..... 195
15.4 Prevenção em segundo grau de jurisdição ..... 196
15.5 Princípio da *perpetuatio jurisdictionis* – art. 87 do CPC ..... 197

16. CONFLITO DE COMPETÊNCIA ..... 205
16.1 Conceito ..... 205
16.2 Legitimidade ..... 208
16.3 Competência para o julgamento do conflito ..... 211
16.4 Procedimento ..... 213

17. PROCESSO CAUTELAR ..... 217
17.1 Críticas a redação do art. 800, *caput*, do CPC ..... 217
17.2 Críticas ao conteúdo do art. 800, *caput*, do CPC ..... 219
17.3 Cautelares incidentais e a regra do art. 800, *caput*, do CPC ... 227
17.4 Competência e prevenção do juízo ..... 228
17.5 Competência cautelar em grau recursal ..... 235

18. PROCESSO DE EXECUÇÃO ..... 237
18.1 Competência dos tribunais ..... 237
18.2 Competência do juízo que decidiu a causa ..... 238
18.3 A regra do art. 575, II, do CPC e a *perpetuatio jurisdictionis* 241
18.4 Competência para execução da sentença arbitral ..... 242
18.5 Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado ..... 243
18.6 Competência para a execução de sentença estrangeira ..... 245
18.7 Competência para a execução dos títulos extrajudiciais ..... 245
18.8 Competência no processo de insolvência civil ..... 246
18.9 Competência na execução fiscal ..... 248

BIBLIOGRAFIA ..... 251